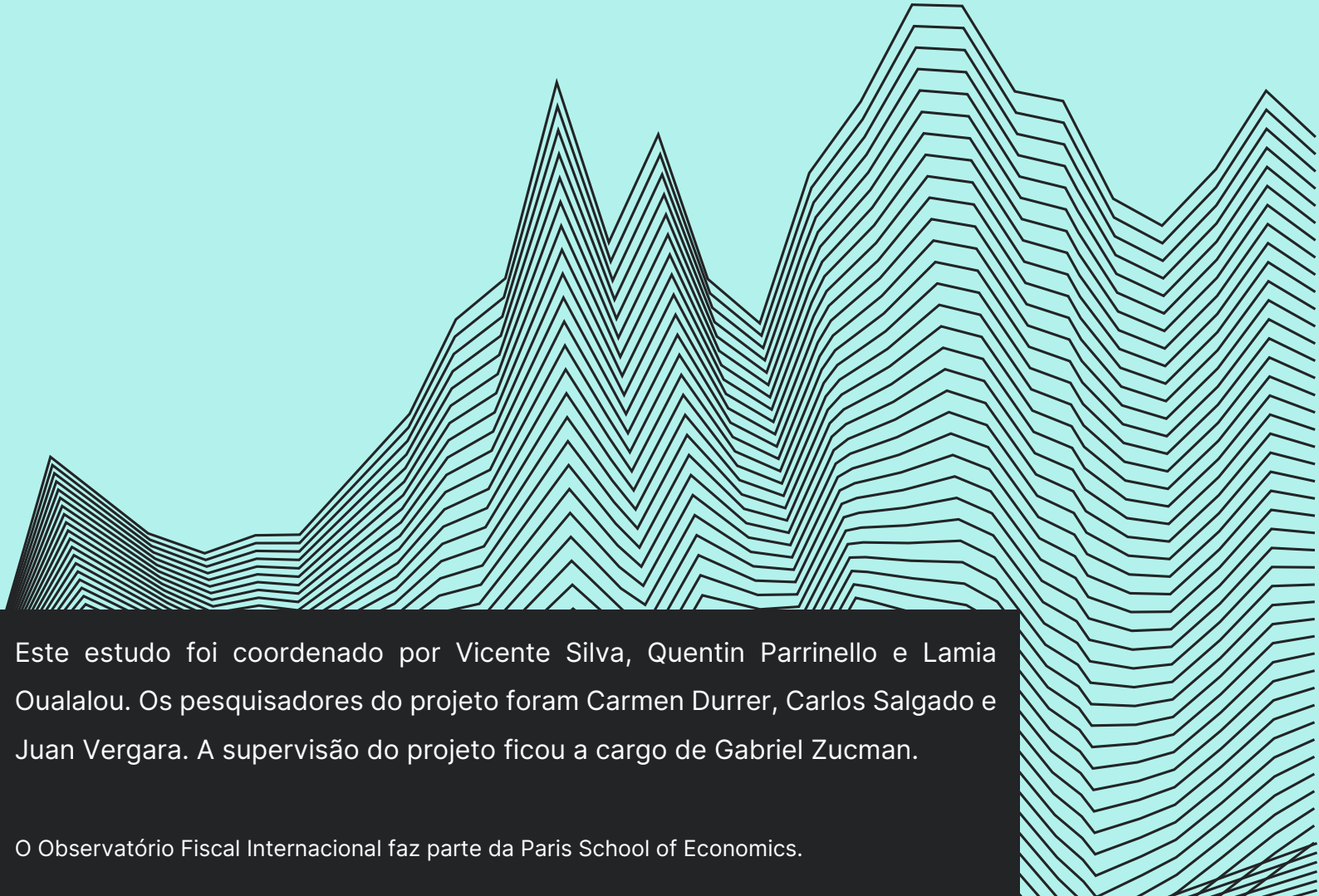


Progressividade fiscal e desigualdade: Tributação mínima de indivíduos com alto patrimônio na América Latina e no Caribe



Este estudo foi coordenado por Vicente Silva, Quentin Parrinello e Lamia Oualalou. Os pesquisadores do projeto foram Carmen Durrer, Carlos Salgado e Juan Vergara. A supervisão do projeto ficou a cargo de Gabriel Zucman.

Progressividade fiscal e desigualdade:

**Tributação mínima de indivíduos com alto
patrimônio na América Latina e no Caribe**

Índice

Prefácio	3
Ministério da Fazenda do Brasil	3
Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Internacional	6
Resumo executivo	7
Introdução.....	9
1. Distribuição de renda e riqueza.....	10
1.1. América Latina e Caribe na distribuição global de renda	10
1.2. Distribuição da renda dentro da região	11
1.3. A concentração da riqueza.....	12
2. Alíquotas efetivas de impostos e progressividade fiscal	15
2.1. Alíquotas efetivas de tributação ao longo da distribuição de renda.....	15
2.2. Taxas efetivas dentro do 1% mais rico.....	17
2.3. O mecanismo por trás da queda das alíquotas efetivas no topo	19
3. Enfrentando a regressividade fiscal no topo	19
3.1. Por que as reformas tradicionais não funcionam para tributar os ultra-ricos? 19	
3.2. Um novo instrumento: o imposto mínimo efetivo sobre a riqueza	20
3.2.1. Concepção do IMER.....	20
3.2.2. Ancoragem na riqueza, não na renda	21
3.2.3. Diferença em relação ao imposto patrimonial tradicional	21
3.3. Lições dos impostos patrimoniais tradicionais	22
3.3.1. Focalização estrita nas faixas mais altas	23
3.3.2. Base patrimonial ampla sem isenções para ativos empresariais	23
3.3.3. Fuga de capitais	24
3.4. Desafios de implementação	24
3.4.1. Avaliação de ativos não cotados.....	24
3.4.2. Capacidade das administrações tributárias.....	25
3.5. Impacto sobre a regressividade na faixa superior.....	25
3.6. Simulações de arrecadação	26
3.6.1. Arrecadação por país.....	27
3.6.2. Arrecadação como porcentagem do PIB e da renda nacional	28
Conclusões	31
Bibliografia	33

Prefácio

Ministério da Fazenda do Brasil

A discussão sobre progressividade fiscal e desigualdade na América Latina, especialmente no que se refere à tributação mínima de indivíduos de alto patrimônio, insere-se em um contexto amplo no qual a crescente consciência dos desafios impostos pelo nível de desigualdade tem pressionado por uma maior transformação da governança tributária internacional.

O estudo reconhece que sistemas tributários baseados predominantemente no imposto de renda não são suficientes para reverter a elevada concentração de riqueza característica da região. Assim, a combinação entre progressividade fiscal e mecanismos de tributação sobre grandes fortunas emerge como estratégia fundamental para reduzir desigualdades estruturais e ampliar a capacidade de arrecadação dos Estados, abrindo espaço para a expansão do espaço fiscal. Espaço que se faz particularmente premente em um contexto em que os países da região precisam lidar com a transição demográfica, choques climáticos, sem abrir mão de políticas sociais e de desenvolvimento.

A tributação da renda incide sobre o fluxo de ganhos que um contribuinte recebe ao longo do tempo, como salários, lucros, aluguéis e outras fontes de renda. No modelo progressivo de tributação da renda, as alíquotas aumentam à medida que aumenta a faixa de rendimentos, de modo que indivíduos com maior capacidade contributiva paguem proporcionalmente mais impostos.

Por outro lado, a tributação da riqueza tem como foco o estoque de patrimônio acumulado, incluindo ativos como imóveis, participações financeiras, heranças e grandes fortunas. Em vez de considerar apenas o que o indivíduo ganha em determinado período, esse instrumento busca tributar o que ele já possui, enfrentando diretamente a persistência da desigualdade ao longo do tempo; algo que a tributação da renda, por si só, não é capaz de reverter. Seus instrumentos típicos incluem impostos sobre herança, patrimônio e grandes fortunas. Sua principal vantagem é atingir a riqueza, mecanismo de perpetuação de injustiças hereditárias, combatendo, assim, a desigualdade intergeracional, e sua capacidade de trazer para a base tributária indivíduos com baixa renda declarada, mas com elevado patrimônio.

Desde meados do século XX, a teoria da tributação ótima forneceu uma justificativa teórica para reduzir a carga sobre o capital, orientando os sistemas tributários a recaírem predominantemente sobre o trabalho. A partir dos anos 1970, a intensificação da globalização, a crescente mobilidade de capitais e a sofisticação dos instrumentos financeiros radicalizaram essa tendência, ampliando a capacidade de grandes corporações e de indivíduos de alta renda de reduzir ainda mais sua carga tributária por meio de estratégias como a transferência de lucros e o uso de paraísos fiscais. Esse processo contribuiu para uma baixa efetividade na tributação destes indivíduos, o que se traduziu no aumento das desigualdades dentro e entre países, ao mesmo tempo em que fragilizou a capacidade arrecadatória dos Estados, especialmente nas economias em desenvolvimento.

Nesse contexto, o G20 emergiu como um dos principais fóruns de coordenação internacional para enfrentar os desafios da tributação global. A partir de 2013, o grupo atribuiu à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a liderança do Projeto BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), com o objetivo de combater a erosão da base tributária e a transferência artificial de lucros. Apesar de representar um avanço relevante, o processo liderado pela OCDE é marcado por desafios, como a baixa participação efetiva dos países do Sul Global, dificuldades de implementação e a complexidade das regras propostas.

Em 2024, a atuação do Ministério da Fazenda do Brasil na Trilha de Finanças do G20, conferiu centralidade inédita à agenda de desigualdades e de tributação dos super-ricos, ao transformá-la em uma proposta concreta, mensurável e tecnicamente fundamentada no debate internacional.

Em estudo comissionado pelo Ministério da Fazenda do Brasil, no âmbito da presidência brasileira do G20, o economista Gabriel Zucman, diretor do International Tax Observatory, propôs a criação de um padrão internacional mínimo para a tributação de indivíduos de altíssimo patrimônio. A ideia consiste em estabelecer que pessoas com patrimônio superior a um bilhão de dólares contribuam anualmente com um valor mínimo equivalente a 2% do patrimônio. Nas condições atuais, a medida alcançaria aproximadamente 3 mil indivíduos em todo o mundo e teria o potencial de gerar uma arrecadação significativa, estimada entre USD 200 e 150 bilhões de dólares anuais (IO Tax Observatory, 2024).

Além disso, a proposta brasileira destacou-se por combinar coordenação internacional com preservação da soberania nacional, permitindo que diferentes países adotem instrumentos próprios — como tributação sobre renda presumida ou sobre patrimônio — para cumprir um padrão comum de justiça fiscal.

Os avanços obtidos vão além da proposição de uma nova regra, pois consolidam a tributação progressiva dos super-ricos como elemento relevante na agenda internacional de combate às desigualdades.

Paralelamente, a negociação de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Tributária Internacional nas Nações Unidas (ONU), cujos termos de referência foram aprovados em 2024, representa um marco na busca por um sistema tributário internacional mais inclusivo, transparente e equitativo.

A iniciativa busca assegurar maior participação dos países em desenvolvimento na arquitetura tributária internacional, além de enfatizar a necessidade de reduzir desigualdades não apenas dentro dos países, mas também entre eles, por meio de uma alocação mais justa dos direitos de tributar. Entre os compromissos previstos na Convenção, está a tributação efetiva de indivíduos de alto patrimônio líquido, o que também sinaliza o consenso global sobre a necessidade de enfrentar o problema da evasão fiscal por parte dos indivíduos, que possuem alta mobilidade global.

O tema da tributação dos super-ricos e da cooperação tributária internacional também ganhou espaço na agenda global atual para o desenvolvimento, que teve seu marco na 4ª Conferência de Financiamento ao Desenvolvimento, realizada em 2025, na Espanha. O Brasil atuou em todo o processo de negociação do Compromisso de Sevilha, assegurando o dever explícito de promover a progressividade tributária e a tributação efetiva dos indivíduos com alto patrimônio

líquido. Durante a ocasião, também foi lançada a Coalizão para o Avanço da Tributação dos Super-Ricos, no contexto das Plataformas de Ação de Sevilha, iniciativa apoiada pela África do Sul, pela Espanha, pelo Uruguai e pelo Chile.

É nesse cenário que a Plataforma Tributária da América Latina e do Caribe (PTLAC) se consolida como um espaço relevante de intercâmbio técnico e de articulação regional. Por meio da cooperação entre países, a PTLAC tem buscado avançar em agendas comuns voltadas ao fortalecimento da progressividade, ao aumento da transparência fiscal e à redução da erosão das bases tributárias no topo da distribuição. Esse esforço reflete o reconhecimento de que os desafios enfrentados pela região exigem coordenação e troca de experiências.

Por fim, iniciativas analíticas associadas a esse esforço, como a avaliação da distribuição da carga tributária e a estimativa do potencial arrecadatório de instrumentos, como o Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza (IMER), são fundamentais para qualificar o debate público e subsidiar reformas. Ao evidenciar a regressividade nos estratos superiores e explorar as condições institucionais necessárias para a implementação de novos instrumentos, esse tipo de análise contribui para transformar uma agenda normativa de promoção da justiça fiscal, em propostas concretas e operacionalizáveis, alinhadas às necessidades de desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Internacional

Em todo o mundo, as pessoas com elevado património estão a ver as suas fortunas crescerem a um ritmo acelerado. Poucas regiões ilustram isto de forma tão contundente quanto a América Latina e as Caraíbas. A extrema concentração de riqueza na região não é um acaso. É o resultado de decisões políticas, em particular da forma como os sistemas fiscais tratam os membros mais ricos da sociedade. Embora a América Latina tenha avançado na redução da pobreza, falhou em alcançar uma redução significativa da concentração de riqueza e de poder no topo da pirâmide. Os seus sistemas fiscais são uma parte central da explicação: ao não tributarem eficazmente os indivíduos com património ultraelevado, consolidam e agravam a desigualdade.

Este relatório surge num momento crítico. Ele evidencia que, num contexto de baixo crescimento, elevada desigualdade e pressões fiscais crescentes, os indivíduos mais ricos da sociedade pagam taxas efetivas de tributação desproporcionalmente baixas, deixando os serviços públicos insuficientemente financiados e as democracias cada vez mais expostas à captura por parte dos interesses de poucos.

A solução passa por um esforço político decidido para garantir que os ultra-ricos contribuam pelo menos tanto quanto o resto da população. Como defende este relatório, um imposto mínimo sobre estas fortunas poderia ajudar a transformar o panorama fiscal da América Latina. Não se trata de regressar aos impostos sobre o património do passado, mas sim de uma nova geração de reformas, concebida para corrigir as falhas dos sistemas fiscais existentes no topo da pirâmide e para angariar receitas substanciais de que a região necessita urgentemente.

As propostas aqui apresentadas são simultaneamente pragmáticas e ambiciosas. Assentam num reconhecimento global cada vez maior de que a desigualdade extrema não é inevitável e de que a política fiscal continua a ser uma das ferramentas mais poderosas para a justiça.

Resumo executivo

A política tributária é um instrumento essencial para reduzir a desigualdade. Este relatório, encomendado pelo Brasil no âmbito da Presidência da PTLAC¹ ao Observatório Fiscal Internacional (ITO), analisa a progressividade dos sistemas tributários na América Latina e no Caribe (ALC), com ênfase nas limitações que enfrentam ao tributar indivíduos com patrimônio muito elevado. Essa falha contribui para que a região se posicione como a segunda mais desigual do mundo.

Após avaliar diferentes opções de reforma para corrigir a regressividade na faixa de renda mais alta, o relatório conclui que o instrumento mais eficaz é o Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza (IMER). São apresentadas estimativas de arrecadação para Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai: um imposto mínimo de 2% geraria um total próximo de US\$ 24 bilhões anuais, equivalente a cerca de 0,6% do PIB dos países analisados.

O Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza não é um imposto adicional: é um mecanismo de piso e uma proposta inédita. Se os impostos já pagos sobre a renda e a riqueza não atingirem o limite mínimo, a diferença é cobrada. Nenhum sistema tributário da região contempla hoje esse mecanismo. Sua lógica não é substituir outros impostos, mas corrigir a anomalia de que as grandes fortunas enfrentam alíquotas efetivas inferiores às do restante da população.

O relatório está organizado em torno de cinco ideias centrais:

1. A desigualdade patrimonial caracteriza-se por uma acentuada concentração de riqueza no topo da distribuição.

A riqueza dos bilionários da região multiplicou-se por seis entre 2000 e 2026, passando de US\$ 117 bilhões para cerca de US\$ 700 bilhões. Em contrapartida, o patrimônio dos 50% mais pobres da região permaneceu praticamente estagnado. Se essa trajetória de concentração acelerada observada nesse período se mantiver, a riqueza dos bilionários poderá se aproximar de US\$ 2 trilhões por volta de 2040.

2. Os sistemas tributários da região não corrigem a desigualdade e, em geral, são regressivos.

Os 50% mais pobres destinam, em média, cerca de 30% de sua renda ao pagamento de impostos, sendo o grupo que, proporcionalmente, mais paga. Em contrapartida, os 1% mais ricos pagam, em média, cerca de 22%.

3. Os ultra-ricos pagam alíquotas de imposto consideravelmente mais baixas do que o restante da população

¹ Plataforma Permanente para a Cooperação Tributária na América Latina e no Caribe:
<https://www.cepal.org/es/proyectos/plataforma-regional-cooperacion-tributaria>

Os 0,01% mais ricos pagam, em média, apenas 20% no Brasil e 11% no Chile, metade da média da população. Isso se deve ao fato de que eles podem estruturar sua riqueza de modo a gerar pouca ou nenhuma renda tributável. Ao não declarar renda, acabam pagando menos impostos – considerando a carga tributária total – do que o restante da população.

4. As reformas tradicionais são insuficientes para corrigir a baixa tributação no topo da distribuição.

O relatório avalia diferentes propostas de reforma para enfrentar a regressividade tributária no topo. As alternativas convencionais, como aumentos do imposto de renda pessoal, revelam-se pouco eficazes para corrigir essa anomalia. A forma mais eficaz de fazê-lo é por meio de um imposto mínimo efetivo sobre a riqueza.

5. Um imposto mínimo efetivo sobre a riqueza tem alto potencial de arrecadação na região.

Em um cenário central, um imposto mínimo de 2% sobre patrimônios superiores a US\$ 100 milhões poderia gerar cerca de US\$ 24 bilhões anuais (equivalentes a 0,6 ponto do PIB regional). Uma versão mais ambiciosa, com alíquota de 3%, atingiria US\$ 36 bilhões (0,9 ponto do PIB regional).

Introdução²

A América Latina e o Caribe enfrentam um paradoxo fiscal difícil de sustentar: é uma das regiões mais desiguais do mundo, mas também uma das que menos arrecadam daqueles que concentram a maior parcela da renda e da riqueza. Novas evidências empíricas mostram que as famílias com patrimônio muito elevado enfrentam alíquotas efetivas de tributação sistematicamente inferiores às da população em geral (EU Tax Observatory, 2024). Quando aqueles que se situam no topo da distribuição pagam proporcionalmente menos, a promessa de progressividade perde credibilidade e a legitimidade do sistema fiscal enfraquece.

Essa tensão torna-se particularmente relevante em um contexto de forte restrição fiscal. Entre 2015 e 2024, o PIB regional cresceu, em média, cerca de 1% ao ano — menos de 0,3% em termos per capita —, um dos desempenhos mais fracos de sua história recente (FMI, 2025; CEPAL, 2025a). Ao mesmo tempo, após o aumento dos gastos durante a pandemia e o encarecimento do financiamento internacional, a dívida pública e a carga de juros cresceram de forma sustentada, reduzindo o espaço disponível para investimento, proteção social e transformação produtiva (CEPAL, 2025b).

Mas o problema não é apenas quanto a região arrecada, mas como arrecada. A carga tributária média na América Latina e no Caribe situa-se em torno de 21,3% do PIB, muito abaixo da média da OCDE, próxima de 34% (OCDE, 2025). Além disso, a estrutura dessa arrecadação permanece desproporcionalmente voltada a impostos regressivos, como os que incidem sobre o consumo e o trabalho, enquanto o capital e a riqueza acumulada continuam relativamente protegidos.

Nos últimos anos, a tributação das grandes fortunas voltou a ganhar destaque no debate internacional. Após décadas em que os impostos sobre a riqueza foram revogados devido a falhas de concepção (Varaschin, Parrinello e Zucman, 2025), o tema recuperou força, impulsionado pelo crescimento acelerado do patrimônio na camada mais alta e pela dificuldade dos Estados em arrecadar mais daqueles que mais possuem. Países como Brasil, França, Dinamarca, Países Baixos e Espanha intensificaram o escrutínio sobre a carga tributária efetiva no topo da distribuição. Em nível global, a proposta de padrões mínimos, impulsionada no âmbito do G20 (Zucman, 2024), e os avanços rumo a uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (Nações Unidas, 2023) refletem uma tentativa crescente de abordar esse problema de forma coordenada.

Na América Latina e no Caribe, esse impulso global encontrou terreno fértil. Por meio da Plataforma Tributária da América Latina e do Caribe (PTLAC), diversos países e instituições começaram a explorar caminhos coordenados para fortalecer a progressividade, aumentar a transparência fiscal e limitar a erosão das bases tributárias no topo da distribuição.

² Este estudo foi coordenado por Vicente Silva, Quentin Parrinello e Lamia Oualalou. Os pesquisadores do projeto foram Carmen Durrer, Carlos Salgado e Juan Vergara. A supervisão do projeto ficou a cargo de Gabriel Zucman.

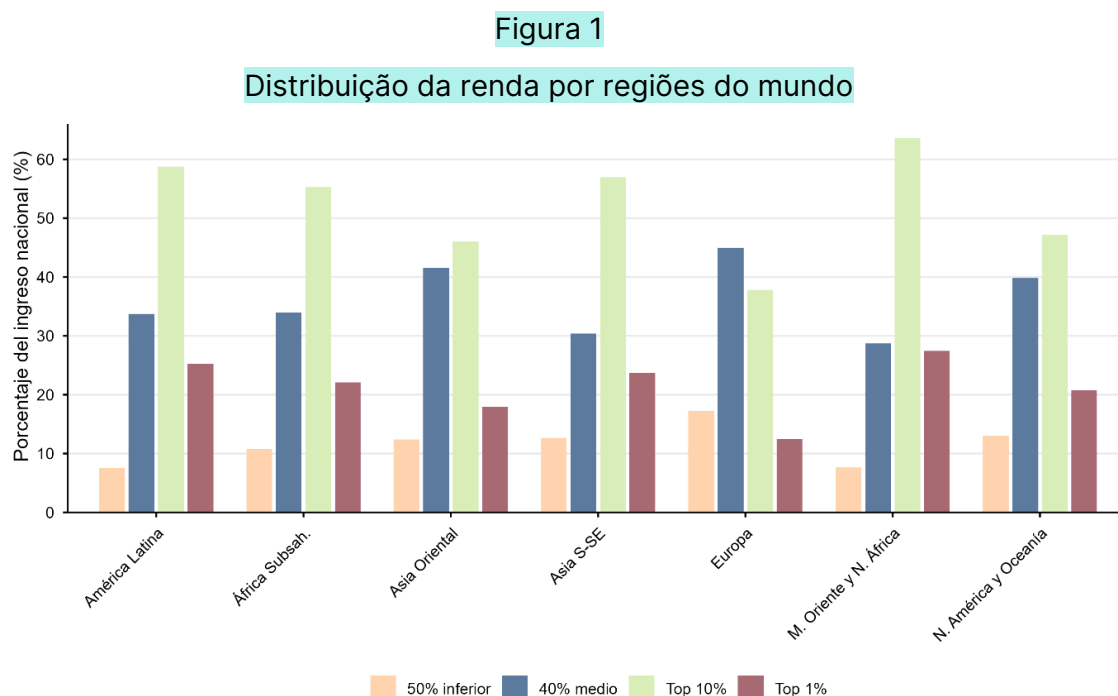
Este relatório surge como resposta a esse momento político. Seu objetivo é fornecer evidências empíricas sobre como a carga tributária se distribui ao longo da distribuição de renda, com especial atenção ao seu comportamento no topo dessa distribuição. Com base nisso, o relatório estima o potencial de arrecadação de um Imposto Mínimo Efetivo sobre a Riqueza, analisa sua capacidade de corrigir a regressividade observada nas faixas superiores e examina as condições institucionais sob as quais esse instrumento poderia se tornar uma opção viável de reforma.

1. Distribuição de renda e riqueza

1.1. América Latina e Caribe na distribuição global de renda

A renda é um fluxo que reflete os recursos gerados e recebidos durante um determinado período — geralmente um ano — e inclui salários, rendimentos do capital, rendimentos mistos e transferências.

A Figura 1 apresenta a participação na renda nacional de diferentes faixas de distribuição — 50% inferior, 40% intermediário, 10% superior e 1% superior — em diferentes regiões do mundo, com base nas séries harmonizadas do World Inequality Database.



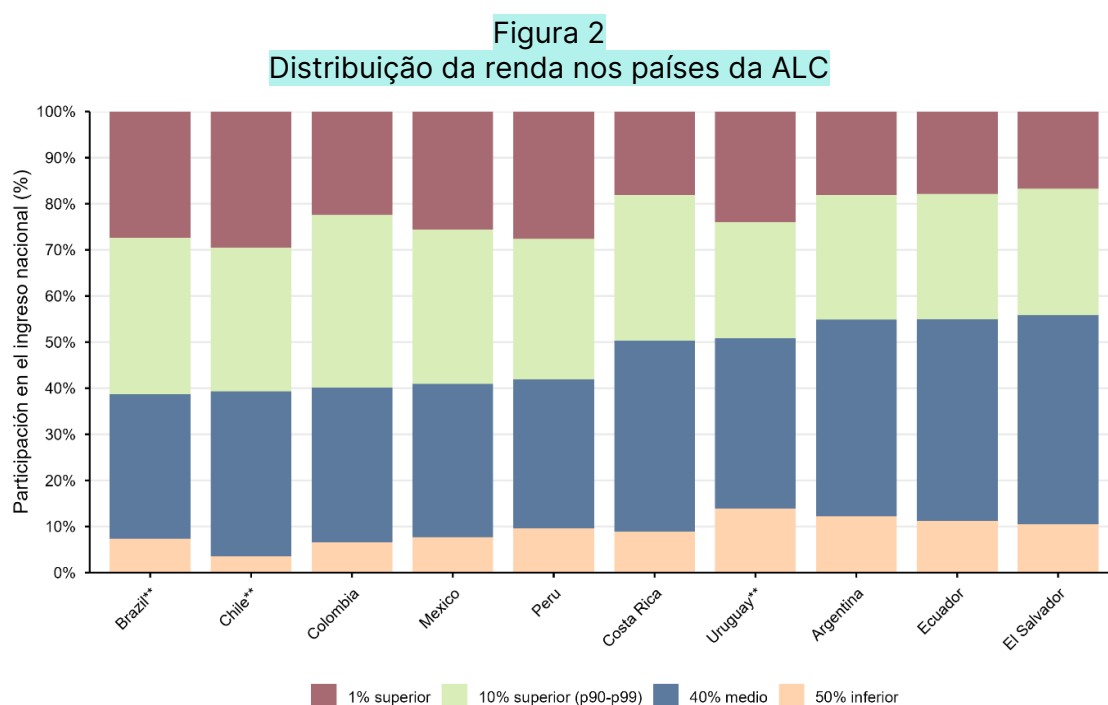
Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Inequality Lab (2024)

A América Latina posiciona-se sistematicamente entre as regiões mais desiguais do mundo. Os 10% superiores captam cerca de 60% da renda nacional, uma proporção comparável apenas à observada no Oriente Médio e no Norte da África, e muito superior à da Europa, da América do Norte ou da Ásia Oriental. Os 50% inferiores

recebem apenas 7% da renda total, enquanto os 1% superiores concentram cerca de 25% da renda, o que os situa acima dos níveis observados em outras regiões.

1.2. Distribuição da renda dentro da região

A elevada concentração de renda observada em nível regional se repete de forma consistente no interior dos países da região. A Figura 2 apresenta a participação, na renda nacional, de diferentes grupos da distribuição para uma seleção de países. Brasil, Chile e Uruguai utilizam estudos com dados tributários administrativos mais precisos.



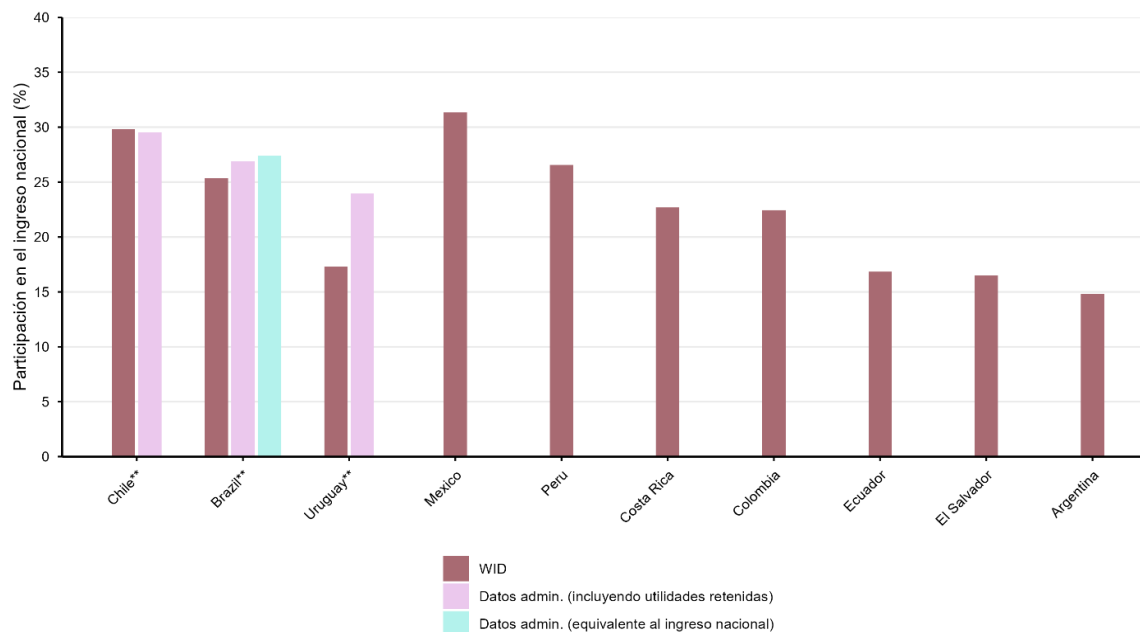
Fonte: Elaboração própria com base no World Inequality Database (2024); De Rosa, Flores e Morgan (2024); Palomo et al (2025); e Vergara et al (2022).

Os dados da Figura 2 indicam que os 50% mais pobres captam apenas entre 3% e 14% da renda nacional, enquanto os 40% intermediários concentram entre 31% e 46%. Isso deixa os 10% mais ricos com participações que variam entre 44% e 62%, dependendo do país. O 1% mais rico concentra entre 17% e 30% da renda nacional, o que coloca a maioria dos países da América Latina entre os mais desiguais no mundo.

É importante destacar que as pesquisas de domicílios e as bases de dados harmonizadas, como a do World Inequality Lab (WID), não captam plenamente a renda na camada mais alta. O WID imputa os lucros retidos pelas empresas, mas o faz com base em quem recebe dividendos ou figura como proprietário registrado, uma aproximação que introduz suposições adicionais. Os estudos que vinculam diretamente cada empresa aos seus proprietários finais requerem menos suposições e podem produzir estimativas mais elevadas da participação do 1% mais rico.

Figura 3

Comparação de métodos e estimativas com base na participação do 1% mais rico



Fonte: Elaboração própria com base em dados do World Inequality Lab (2019); Palomo et al (2025); Vergara et al (2022); De Rosa & Vilá (2023).

Por exemplo, no Uruguai, a participação do 1% mais rico aumenta de cerca de 18% nas estimativas do WID para cerca de 24%. No Brasil, duas estimativas independentes, baseadas em microdados fiscais — que diferem no método de imputação dos lucros retidos — convergem para níveis superiores ao valor relatado pelo WID, com uma diferença de cerca de 3 pontos percentuais. No Chile, as diferenças são menores.

1.3. A concentração da riqueza

Entendemos por riqueza o valor líquido do patrimônio de uma pessoa, que consiste no valor de mercado de todos os seus ativos (imóveis, terras, depósitos, ações, títulos, participações empresariais) menos o total de suas dívidas. Ao contrário da renda, que mede um fluxo recebido ao longo de um período, a riqueza mede um estoque acumulado.

A Tabela 4 apresenta estimativas da distribuição da riqueza nacional antes de impostos e de transferências para México, Chile, Colômbia, Uruguai, Argentina, Brasil e Peru. Para os três últimos, apresentam-se apenas agregados entre os mais ricos.

Tabela 1

Concentração da riqueza na ALC

País	Grupo de riqueza	Número de indivíduos	Limite mínimo de riqueza (USD)	Riqueza média (em milhares de USD)	Riqueza agregada (em milhões de USD)
MEX	10% mais ricos	3.664.437	151.495	641,5	2.350.863,9
	1% superior	366.454	734.600	4.083,0	1.496.233,8
	Milionários	251.955	1.000.000	5.551,2	1.398.651,7
	Decamilionários	15.368	10.000.000	54.830,4	842.633,1
	Centimilionários	933	100.000.000	539.545,8	503.396,2
	Milionários	52	1.000.000.000	5.695.868,6	296.185,2
CHL	Top 10%	486.077	207.378	1.233,6	599.603,5
	1% superior	48.689	1.503.071	8.691,9	423.201,9
	Milionários	63.352	1.000.000	6.989,0	442.769,1
	Multimilionários	5.681	10.000.000	50.043,9	284.299,5
	Centimilionários	416	100.000.000	376.433,0	156.596,1
	Milionários	29	1.000.000.000	2.169.885,7	62.926,7
COL	Top 10%	393.413	597.868	2.082,0	819.070,5
	1% superior	40.329	2.355.832	11.238,6	453.240,3
	Milionários	200.771	1.000.000	3.312,0	664.945,9
	Multimilionários	4.876	10.000.000	62.913,8	306.767,6
	Centimilionários	170	100.000.000	1.210.142,2	205.724,2
	Milionários	4	1.000.000.000	10.975.000,0	43.900,0
URY	Top 10%	113.113	249.093	951,8	107.662,2
	1% superior	11.335	1.299.802	5.408,0	61.299,4
	Milionários	15.952	1.000.000	4.171,2	66.538,9
	Multimilionários	794	10.000.000	40.409,1	32.084,8

	Centimilionários	40	100.000.000	372.649,5	14.906,0
	Bilionários	3	1.000.000.000	2.160.117,2	6.480,4
ARG	Millonarios	116.700	1.000.000	1.936,6	226.000,0
	Multimilionários	2.631	10.000.000	20.524,5	54.000,0
	Centimilionários	138	100.000.000	173.913,0	24.000,0
	Milionários	5	1.000.000.000	3.880.000,0	19.400,0
BRA	Milionários	542.900	1.000.000	2.407,4	1.307.000,0
	Multimilionários	24.630	10.000.000	19.407,2	478.000,0
	Centimilionários	1.360	100.000.000	244.117,6	332.000,0
	Bilionários	70	1.000.000.000	3.782.857,1	264.800,0
PER	Milionários	64.490	1.000.000	2.372,5	153.000,0
	Multimilionários	2.715	10.000.000	19.521,2	53.000,0
	Centimilionários	153	100.000.000	235.294,1	36.000,0
	Milionários	4	1.000.000.000	1.500.000,0	6.000,0

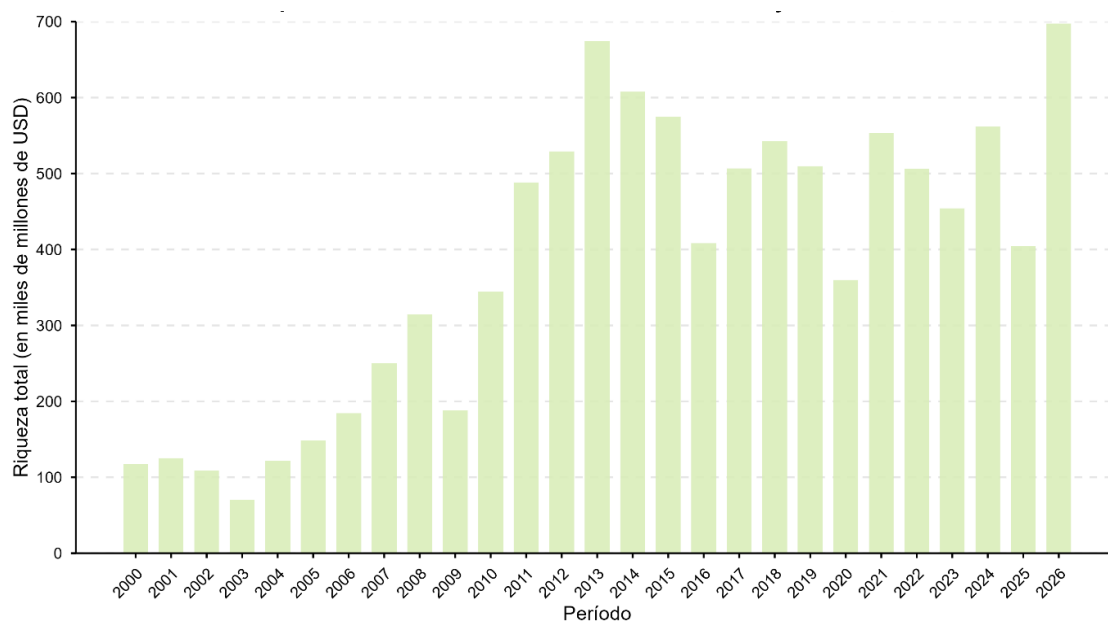
Fonte: Para México, Chile, Colômbia e Uruguai, o relatório se baseia nas distribuições harmonizadas elaboradas por De Rosa e Vilá (2026), que combinam pesquisas patrimoniais com listas de grandes fortunas ajustadas aos agregados nacionais, em diferentes anos. Para Brasil, Argentina e Peru, utilizamos as estimativas de riqueza do World Inequality Lab, corrigidas com base na lista da Forbes.

A concentração de riqueza na ALC atinge níveis extremos: nos países analisados, os 10% mais ricos controlam até 80% da riqueza nacional, enquanto os 1% concentram até metade do total. Chile e Colômbia situam-se no extremo superior dessa faixa. Esses números mostram que uma fração muito reduzida de famílias concentra a maior parte dos ativos acumulados, reforçando dinâmicas de transmissão intergeracional e de poder econômico que não podem ser plenamente observadas a partir dos dados de renda.

A desagregação por faixas patrimoniais mostra, além disso, que essa concentração se intensifica abruptamente à medida que se aproxima do topo. No México, por exemplo, o limiar de entrada no Top 10% é de cerca de US\$ 150.000, mas a riqueza média nesse grupo chega a cerca de US\$ 650.000; no Top 1%, ultrapassa os US\$ 4 milhões. O salto é ainda mais acentuado entre os patrimônios extremos: o centimilionário médio acumula mais de US\$ 530 milhões, enquanto o bilionário médio cerca de US\$ 5,7 bilhões.

A concentração no próprio 1% mais rico é, por sua vez, extraordinária. No México, Chile, Colômbia e Uruguai, os centimilionários e bilionários representam menos de 1% do 1% mais rico e, no entanto, concentram entre 35% e mais da metade da riqueza desse grupo. Por exemplo, no México, 985 famílias —0,27% do 1% mais rico— concentram 53,4%. Isso sugere que a desigualdade dentro da elite é quase tão extrema quanto a distância entre a elite e o resto da sociedade.

Figura 4
Evolução da riqueza dos bilionários na América Latina e no Caribe, 2000-2026



Fonte: Elaboração própria, com base em dados compilados pela Oxfam e pela Forbes.

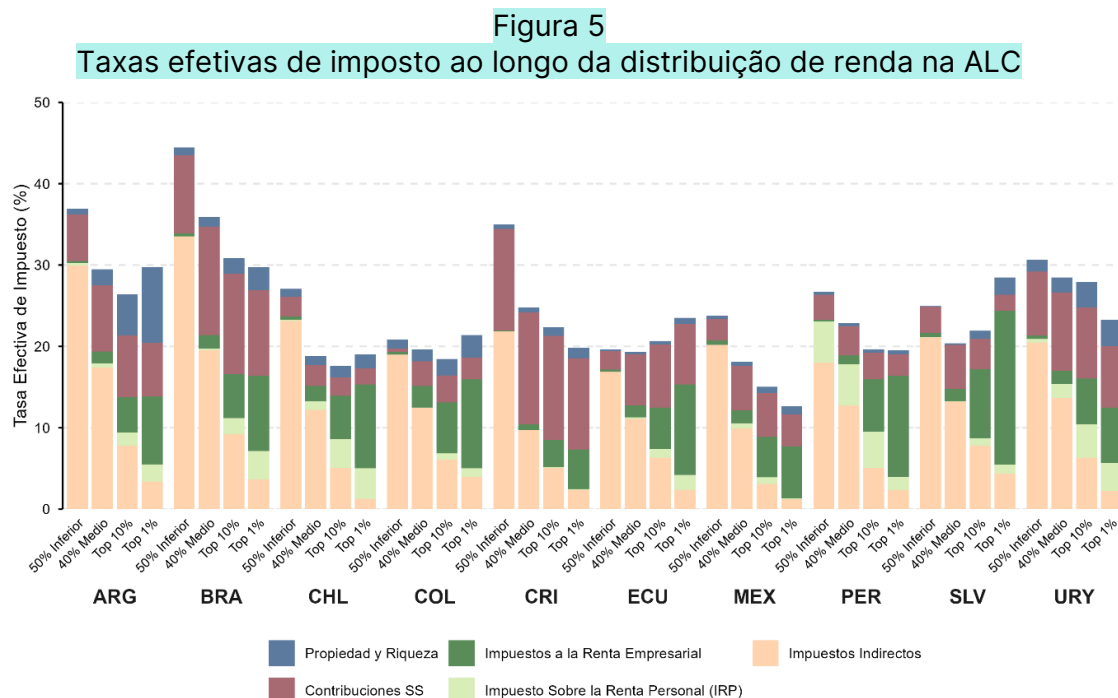
Entre 2000 e 2026, a riqueza acumulada dos bilionários na América Latina e no Caribe multiplicou-se por seis: passou de US\$ 117 bilhões para US\$ 698 bilhões, o nível mais alto já registrado, equivalente a 10% do PIB regional. No mesmo período, a riqueza das famílias dos 50% mais pobres permaneceu praticamente estagnada. Se essa trajetória de concentração acelerada observada nesse período se mantiver, a riqueza dos bilionários poderá se aproximar de US\$ 2 trilhões por volta de 2040.

2. Alíquotas efetivas de impostos e progressividade fiscal

2.1. Alíquotas efetivas de tributação ao longo da distribuição de renda

A Seção 1 documentou que a América Latina apresenta uma concentração excepcional de renda e riqueza, particularmente na parte superior da distribuição. A questão que se coloca é se os sistemas tributários da região corrigem essa concentração ou se, ao contrário, a reproduzem. Para responder, este relatório analisa as alíquotas efetivas de tributação ao longo da distribuição de renda, entendidas como a carga tributária total que cada faixa de renda enfrenta em proporção à sua renda antes de impostos e transferências. Essa análise é apresentada em dois níveis. A Figura 5 mostra o padrão geral até o 1% mais rico; as

Figuras 6 e 7 examinam o que ocorre nesse 1% nos países com dados mais detalhados.



Fonte: elaboração própria com base em De Rosa, Flores e Morgan (2024) e Fisher-Post e Gethin (2023). As alíquotas efetivas de impostos indiretos, impostos sobre a renda pessoal e empresarial e impostos sobre a propriedade e a riqueza baseiam-se em De Rosa, Flores e Morgan (2024), enquanto as alíquotas efetivas das contribuições para a previdência social provêm de Fisher-Post e Gethin (2023).³

As alíquotas efetivas apresentadas na figura englobam cinco grandes categorias tributárias: impostos indiretos, imposto de renda de pessoas físicas, impostos sobre a propriedade e o patrimônio, contribuições para a previdência social e imposto de renda de pessoas jurídicas.

A primeira observação é o alto nível de tributação que recai sobre a metade inferior da distribuição, em proporção à renda. Em média, os 50% mais pobres pagam cerca de 30% de alíquota efetiva, com o Brasil, a Argentina e a Costa Rica na extremidade superior. Esses níveis refletem principalmente o peso dos impostos sobre o consumo, que recaem proporcionalmente mais sobre as famílias de menor renda, e das contribuições para a previdência social, que pesam sobretudo sobre os trabalhadores de renda média e baixa.

A segunda característica é que, uma vez ultrapassada a metade inferior da distribuição, a estrutura tributária torna-se plana ou levemente regressiva. Os 40% médios, os 10% mais ricos e os 1% mais ricos enfrentam alíquotas efetivas bastante semelhantes na maioria dos países. Em nível regional, os 40% médios pagam, em

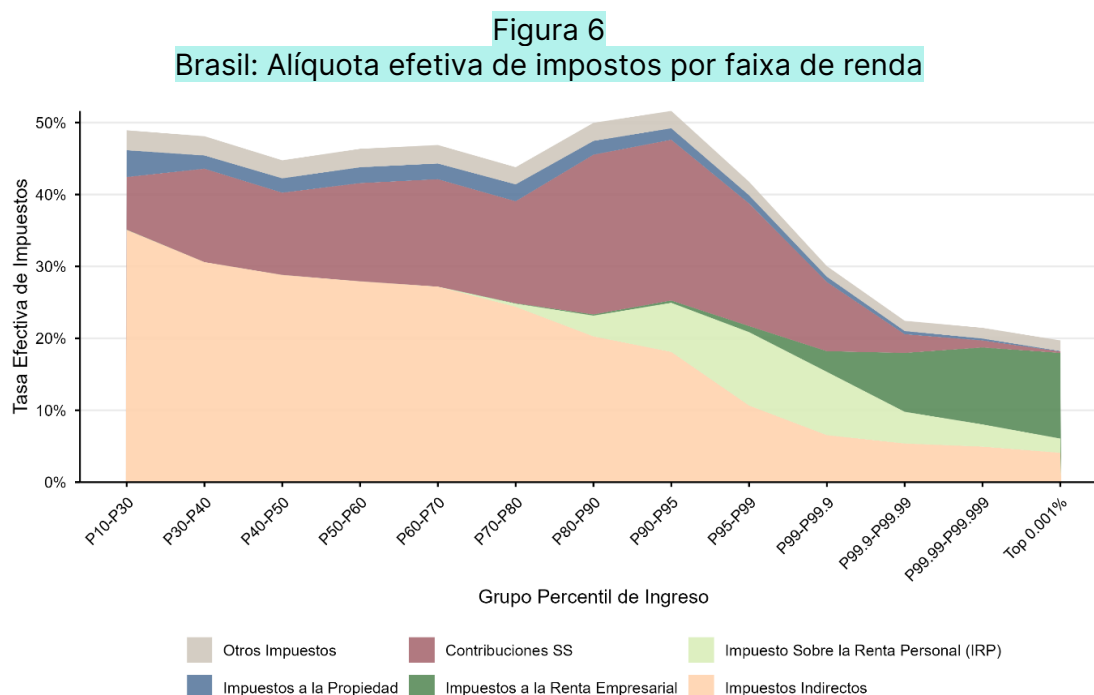
³ A unidade de observação nesta figura é o domicílio, de acordo com a metodologia preferida pelos autores do estudo De Rosa, Flores & Morgan (2024). A unidade de observação nas figuras detalhadas para o Brasil e o Chile é o declarante (indivíduos). A escolha da unidade de observação pode afetar moderadamente as estimativas: os níveis de desigualdade são menores quando medidos entre domicílios do que quando medidos entre indivíduos. Da mesma forma, a distribuição das alíquotas efetivas pode parecer mais igualitária quando a unidade de observação é o domicílio.

média, cerca de 23% de sua renda, enquanto os 10% mais ricos e os 1% mais ricos pagam cerca de 22%.

À primeira vista, a proximidade entre essas alíquotas poderia sugerir que a estrutura tributária também é plana na parte mais alta da distribuição. Mas essa impressão é enganosa. O 1% mais rico está longe de ser um grupo homogêneo: nele coexistem patrimônios pouco acima do limiar de 1% e fortunas centenas de vezes maiores. Olhar apenas para a alíquota média desse grupo oculta o que ocorre no vértice real. Nos países onde existem estimativas mais detalhadas — particularmente no Brasil e no Chile — é possível desagregar o 1% mais rico e examinar como as alíquotas efetivas evoluem à medida que se sobe nesse grupo.

2.2. Taxas efetivas dentro do 1% mais rico

As Figuras 6 e 7 aprofundam a análise no 1% mais rico do Brasil e do Chile, onde dispomos de estimativas mais precisas.



Fonte: Elaboração própria com base em Palomo et al (2025).

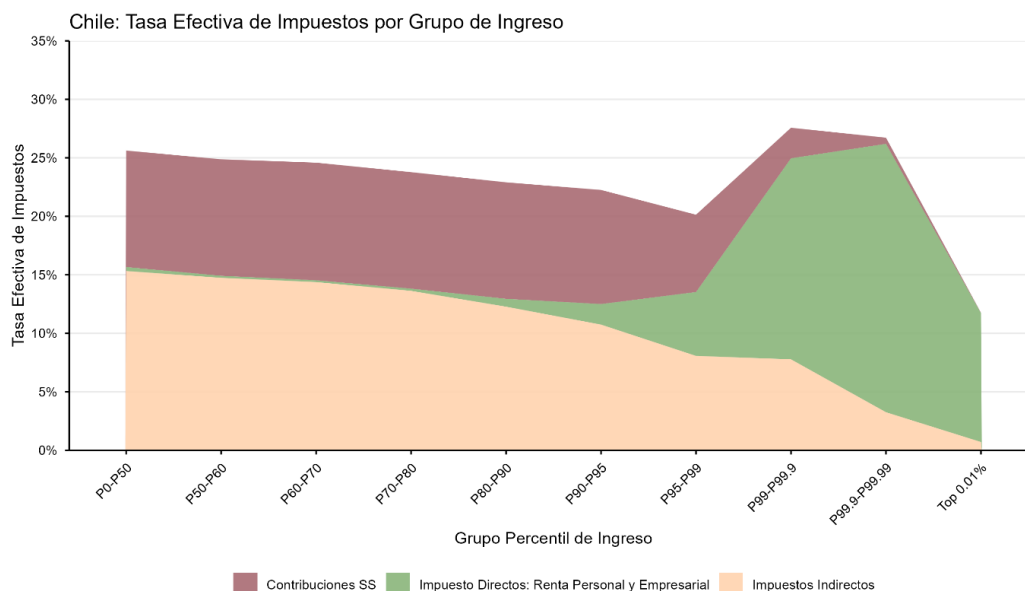
O Brasil conta com a análise mais abrangente da região, desenvolvida por Palomo et al. (2025), que permite avaliar a incidência do sistema tributário como um todo.⁴

⁴ O estudo reconstrói a renda antes dos impostos utilizando o conceito de renda nacional antes dos impostos, alinhado às contas nacionais, e imputa tanto os lucros corporativos distribuídos quanto os não distribuídos aos indivíduos. Com base nisso, calcula-se as alíquotas efetivas de tributação sob uma abordagem de incidência fiscal completa, incorporando o imposto de renda pessoal, o imposto de renda das pessoas jurídicas, os impostos indiretos, as contribuições para a previdência social, os impostos sobre a propriedade e outras taxas associadas à produção.

A Figura 6 mostra que a alíquota efetiva cai acentuadamente no próprio 1% mais rico. No intervalo p99–p99,9, ela situa-se em torno de 42%; desce para aproximadamente 30% entre p99,9–p99,99 e chega, finalmente, a cerca de 19,7% entre os 0,001% mais ricos. Em outras palavras, embora a renda continue crescendo rapidamente no topo, a parcela destinada ao pagamento de impostos reduz-se em mais de 20 pontos percentuais, o que evidencia a regressividade do sistema tributário.

No Chile, as evidências disponíveis provêm de Vergara et al (2022) em seu diagnóstico distributivo de renda e patrimônio para o Ministério da Fazenda do Chile.⁵

Figura 7
Chile: Alíquota efetiva de impostos por faixa de renda



Fonte: Elaboração própria com base em Vergara et al (2022)⁶

⁵ O estudo adota uma definição de renda do tipo *accrual*, que inclui rendimentos do trabalho, rendimentos de capital, ganhos de capital e lucros corporativos não distribuídos imputados. As alíquotas efetivas incorporam os impostos de renda pessoal e empresarial de forma conjunta — sem possibilidade de distingui-los —, bem como os impostos indiretos. Não são incluídas as contribuições para a previdência social nem os impostos sobre a propriedade.

⁶ A distribuição das contribuições para a Previdência Social não está incluída no estudo original e foi reconstruída pelos autores deste relatório. Considerando que o sistema de pensões chileno combina elementos do sistema público com fundos privados, foram incluídos como contribuições previdenciárias análogas a impostos apenas os elementos que a OCDE considera como tal. Ou seja: Saúde (7%): classificada como imposto quando paga à FONASA (sistema público). Não é um imposto quando paga a uma ISAPRE privada. Não é possível distinguir nos dados, pelo que é incluído na totalidade. SIS (1,41%): seguro coletivo de invalidez e sobrevivência. Acidentes de trabalho (0,93%): seguro coletivo contra acidentes de trabalho. Desemprego – contribuição do empregador para o fundo solidário (0,8%): fundo coletivo. Para recuperar as contribuições pagas por cada parte da distribuição,

A figura revela que as alíquotas efetivas de impostos permanecem relativamente estáveis em torno de 25% até o percentil p99,9–p99,99. O sistema atinge seu único pico progressivo em torno do P95–P99 até o p99,99, onde o imposto de renda pessoal e o imposto sobre o lucro das empresas ganham maior destaque. Mas a partir daí a carga tributária desaba: os 0,01% mais ricos — o grupo de maior renda do país — acabam pagando cerca de 11% de alíquota efetiva total, menos do que qualquer outro grupo da distribuição.

2.3. O mecanismo por trás da queda das alíquotas efetivas no topo

À medida que avançamos rumo ao vértice do top 1%, a composição da carga tributária muda radicalmente. Nas faixas p99–p99,9, o imposto de renda pessoal e as contribuições sociais ainda têm um peso significativo. Mas nos percentis superiores, ambos se reduzem drasticamente: o imposto pessoal praticamente desaparece e as contribuições sociais tornam-se marginais.

Isso ocorre porque uma proporção crescente da renda dos mais ricos é gerada em empresas de sua propriedade e não é distribuída como renda pessoal. Esses lucros pagam imposto corporativo, mas, enquanto permanecem na empresa, não estão sujeitos ao Imposto de Renda da Pessoa Física. Além disso, como os mais ricos economizam a maior parte de sua renda real por meio de suas empresas, também não tributam proporcionalmente pelo consumo. O imposto sobre as sociedades, por si só, não compensa essas lacunas. Como resultado, a carga tributária total diminui à medida que se sobe no próprio 1% mais rico.

O resultado é um paradoxo: quem acumula mais riqueza acaba pagando uma fração menor de sua renda em impostos. Não porque estejam isentos, mas porque o sistema foi projetado para tributar o salário e o consumo — que predominam nas faixas de renda médias — muito mais do que a acumulação empresarial e patrimonial que caracteriza os mais ricos.

3. Enfrentando a regressividade fiscal no topo

3.1. Por que as reformas tradicionais não funcionam para tributar os ultra-ricos?

A seguir, analisam-se três instrumentos frequentemente propostos como resposta ao problema da regressividade na parte superior da distribuição.

1) Aumentar o imposto de renda pessoal

Aumentar as alíquotas marginais do Imposto de Renda Pessoal pode melhorar a tributação de certos grupos de alta renda, mas tem capacidade muito limitada de corrigir a regressividade no extremo superior (Zucman, 2024). Enquanto a

foi feito o seguinte cálculo simples: estimar a renda do trabalho a partir da divisão da renda total detalhada no relatório de Bohme et al. (2022), aplicar o regime estatutário de contribuições da previdência social detalhado na parte anterior à renda bruta do trabalho.

acumulação por meio de lucros retidos permanecer fora da base tributável do imposto de renda, a reforma de suas alíquotas atuará sobre uma fração menor da riqueza efetivamente gerada no topo.

2) Fortalecer os impostos sobre herança

Mesmo quando bem concebidos e aplicados, os impostos sucessórios têm um efeito limitado sobre as alíquotas efetivas dos ultra-ricos: são aplicados uma única vez, no momento da transmissão, e não capturam a acumulação contínua de riqueza ao longo da vida do contribuinte. Na ALC, onde a alíquota é baixa e as isenções são abundantes, sua reforma é uma peça relevante de uma agenda progressista, com benefícios também em termos de equidade intergeracional. No entanto, um imposto sucessório reforçado não substitui um instrumento que atue ano a ano sobre a acumulação no topo. O Estado não pode planejar seus gastos públicos com base em quem morre a cada ano.

3) Fechar brechas fiscais e vias de evasão ilegal

Fechar brechas fiscais e vias de evasão ilegal é necessário, mas não suficiente. No topo da distribuição, os contribuintes com maior patrimônio costumam reorganizar suas receitas ou ativos quando uma via de planejamento é fechada. As evidências mostram esse padrão tanto na declaração de renda pessoal quanto na evasão offshore e na transferência de lucros corporativos (Gruber e Saez, 2002; Saez, Slemrod e Giertz, 2012; Johannesen e Zucman, 2014; Beer, Mooij e Liu, 2020). Por isso, as reformas centradas exclusivamente no fechamento de brechas costumam produzir avanços parciais, mas não conseguem corrigir o problema de fundo.

3.2. Um novo instrumento: o imposto mínimo efetivo sobre a riqueza

3.2.1. Concepção do IMER

O imposto mínimo efetivo sobre a riqueza foi concebido precisamente para corrigir as falhas dos sistemas tributários na faixa de renda mais alta. Sua lógica é simples. Estabelece-se um piso mínimo de contribuição — por exemplo, 2% do patrimônio líquido — e este é comparado ao total de impostos pessoais efetivamente pagos pelo contribuinte no ano. Se a carga tributária já atingir esse limite, não há geração de obrigação adicional. Se for inferior, o contribuinte paga apenas a diferença. O instrumento atua, portanto, como um complemento, concebido para corrigir a desconexão entre a renda econômica e as bases tributáveis na faixa de renda mais alta.

Tabela 2
Quem paga o imposto mínimo?

CENÁRIO A O contribuinte já atinge o limite	CENÁRIO B Contribuinte não atinge o limite
Patrimônio: \$500 milhões Limite (2%) Mínimo exigido: \$10 milhões Total de impostos pagos: \$12 milhões <hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/> IMER adicional: \$0	Patrimônio: \$500 milhões Limite (2%) Mínimo exigido: US\$ 10 milhões Total de impostos pagos: \$4 milhões <hr style="width: 20%; margin: 0 auto;"/> IMER adicional: \$6 milhões

Para calcular esse mínimo, considerar-se-iam os impostos pessoais efetivamente suportados pelo contribuinte, incluindo imposto de renda, imposto sobre herança, imposto sobre ganhos de capital e outras tributações economicamente equivalentes.

3.2.2. Ancoragem na riqueza, não na renda

A decisão de basear o limite no patrimônio, e não na renda, responde diretamente ao problema que o instrumento busca corrigir. A renda tributável pode ser minimizada por decisões de planejamento tributário — a riqueza, por outro lado, é muito mais difícil de ocultar. Estabelecer o mínimo sobre o patrimônio permite fixar um limite de contribuição independente das estratégias de diferimento e retenção que corroem a base do imposto de renda. Não importa quanto rendimento tributável o contribuinte declare este ano: se seu patrimônio ultrapassar o limite de aplicação, ele deve cumprir o padrão mínimo de tributação.

3.2.3. Diferença em relação ao imposto patrimonial tradicional

O IMER não é um imposto patrimonial tradicional que se sobreponha ao imposto de renda, mas sim um padrão de tributação efetiva que funciona como complemento corretivo: garante que indivíduos com patrimônio muito elevado enfrentem uma carga tributária anual mínima compatível com a magnitude e a rentabilidade de sua riqueza.

Tabela 3
Comparação entre imposto tradicional e imposto mínimo

Dimensão	Imposto tradicional sobre o patrimônio	Imposto mínimo efetivo sobre a riqueza
Natureza do imposto	Imposto autônomo sobre o estoque de riqueza líquida	Mecanismo de “top-up”: garante que o total de impostos pagos atinja um mínimo como porcentagem do patrimônio
Objetivo explícito	Aumentar a arrecadação	Corrigir a regressividade na faixa mais alta + aumentar a arrecadação
Limites	Cerca de US\$ 1 milhão	Limites mais altos (por exemplo, ≥US\$ 100 milhões)
Isenções e <i>exclusões</i>	Frequentes: ativos empresariais, ações não listadas, descontos de avaliação	Sem isenções nem <i>exclusões</i>
Interação com outros impostos	Funciona como um imposto paralelo ao imposto de renda	São deduzidos os impostos já pagos (renda, ganhos de capital, heranças, tributação corporativa, etc.)
Mobilidade / exílio fiscal	As evidências são limitadas, mas os casos históricos careciam de medidas anti-exílio confiáveis	Incorpora explicitamente impostos de saída e regras de residência prolongada
Antievasão e transparência	Os casos históricos foram concebidos em um contexto de baixa transparência financeira	Integrado ao CRS, registros de beneficiários finais e ferramentas de cooperação internacional

3.3. Lições dos impostos patrimoniais tradicionais

A América Latina já experimentou impostos sobre o patrimônio líquido no passado, embora hoje apenas quatro países mantenham esse tipo de tributação: Argentina, Colômbia, Uruguai e Bolívia. Outros países da região — El Salvador (1986–1993), Nicarágua (1983–1992) e Peru (1987–1992) — introduziram esses impostos, mas acabaram por revogá-los após períodos de vigência curtos (Jorratt, 2021). Em todos os casos, a arrecadação foi limitada, com uma média de cerca de 0,3% do PIB (Jorratt, 2021; Benítez e Velayos, 2018; Barreix et al., 2023).

A Europa tem uma trajetória ainda mais extensa. Desde meados do século XX, pelo menos doze países da OCDE tributaram de forma recorrente o patrimônio líquido das pessoas físicas, mas, na década de 2010, a grande maioria já os havia eliminado devido a baixos resultados de arrecadação e a questionamentos quanto à sua eficácia (OCDE, 2018). A literatura mostra que essas limitações estavam associadas a problemas específicos de concepção. Os impostos patrimoniais tradicionais operavam com bases tributáveis restritas, amplas isenções para ativos empresariais e ações não cotadas e regras de avaliação que corroíam significativamente a base tributária (Varaschin, Parrinello e Zucman, 2025). Na prática, acabaram excluindo justamente as categorias de ativos onde se concentra o patrimônio dos ultra-ricos —participações empresariais, estruturas societárias complexas e ativos financeiros offshore—, o que reduziu sua capacidade de arrecadação e enfraqueceu sua legitimidade política.

O IMER se propõe a responder diretamente a essas limitações. Em vez de reproduzir o modelo dos impostos patrimoniais tradicionais, ele introduz três inovações de concepção:

3.3.1. Focalização estrita nas faixas mais altas

O IMER deve ser aplicado a um universo reduzido de contribuintes: indivíduos com níveis excepcionais de patrimônio líquido e alíquotas efetivas excepcionalmente baixas. A definição do limiar de ativação é crítica. Estabelecer um limiar baixo para ampliar a base parece, à primeira vista, a estratégia que mais arrecada. No entanto, a experiência histórica com instrumentos semelhantes mostra que, na prática, ocorre o contrário: quanto mais amplo o universo, maior a pressão política para introduzir isenções justificadas em torno de pequenas empresas familiares ou de ativos específicos, o que acaba por corroer a base tributária e enfraquecer o instrumento. Um limiar alto se aplica a menos contribuintes, mas também deixa menos margem para negociar exceções.

3.3.2. Base patrimonial ampla sem isenções para ativos empresariais

Esta é a condição estrutural mais importante para garantir sua eficácia. Na região, uma parcela dominante do patrimônio dos ultra-ricos está concentrada em empresas privadas não listadas, holdings familiares, participações em conglomerados industriais e ativos financeiros mantidos por meio de estruturas societárias. Um IMER que isente esses ativos — sob o argumento de proteger o investimento produtivo ou a empresa familiar — esvaziaria a base justamente onde se concentra a riqueza que se busca tributar.

A viabilidade do instrumento depende de sua capacidade de avaliar e tributar os ativos empresariais. Se esses ativos ficarem fora da base tributária, o IMER repetiria o principal problema que enfraqueceu os impostos patrimoniais tradicionais: a riqueza se deslocará para as categorias isentas, e a base tributável acabará por excluir justamente onde se concentra a maior parte do patrimônio.

3.3.3. Fuga de capitais

Uma condição indispensável para a eficácia do IMER é evitar que a base tributável seja corroída por mudanças estratégicas de residência fiscal. A evidência empírica mostra que a mobilidade fiscal induzida por impostos sobre a riqueza é historicamente baixa: mais de 98% dos contribuintes afetados não mudam de residência (Jakobsen et al., 2024), e resultados semelhantes são observados na Suíça, na Colômbia e no Reino Unido (Brülhart et al., 2022; Londoño-Vélez e Ávila-Mahecha, 2024; Friedman et al., 2024). Antes de emigrar, esses contribuintes costumam encontrar mecanismos mais acessíveis para reduzir sua carga tributária, tais como isenções, estruturas offshore, diferimento de rendimentos, modificando a forma como estruturam ou declaram seu patrimônio antes de mudar de local de residência (Seim, 2017; Zucman et al., 2020). No entanto, um imposto que bloqueie essas vias deve prever que a emigração fiscal se torne uma resposta mais provável. Por isso, o IMER requer um marco anti-saída como condição indispensável ao seu desenho.

Esse marco tem dois componentes. O primeiro é o imposto de saída, que incide sobre as mais-valias não realizadas e sobre o patrimônio acumulado no momento da emigração, preservando o direito do Estado de tributar a riqueza gerada sob sua jurisdição. Sua eficácia depende de não reproduzir as mesmas *isenções* que enfraqueceram os impostos sobre o patrimônio tradicionais.

O segundo componente — e o mais poderoso — é constituído pelas regras de residência ampliada: mecanismos segundo os quais o contribuinte que transfere sua residência para o exterior permanece sujeito à tributação em seu país de origem por um período determinado, normalmente entre cinco e dez anos. O caso mais extremo é o dos Estados Unidos, que tributam seus cidadãos sobre sua renda mundial, independentemente de onde residam, e exigem um imposto de saída de quem renuncia à cidadania para se desvincular do sistema. Ao contrário do imposto de saída, que opera em um momento específico, a residência ampliada elimina o incentivo à emigração duradoura. A França, a Alemanha, a Noruega e a Espanha possuem variantes desse mecanismo. Na América Latina, sua adoção ainda é escassa, e essa é precisamente a lacuna que os países da região devem preencher para que o marco anti-saída seja credível.

3.4. Desafios de implementação

3.4.1. Avaliação de ativos não cotados

A avaliação de ativos não cotados constitui o principal desafio prático para estimar a riqueza de indivíduos com patrimônio muito elevado. O relatório do G20 sobre tributação mínima dos ultra-ricos (Zucman, 2024) aborda esse desafio de maneira pragmática. Dado que uma parte substancial da riqueza dos ultra-ricos está concentrada em grandes empresas privadas, sua avaliação pode ser realizada mediante a aplicação de múltiplos setoriais observados em empresas cotadas comparáveis — valor de mercado sobre lucros, ativos ou vendas —, metodologia amplamente utilizada em finanças corporativas, fusões e aquisições. No entanto, essa abordagem pode acarretar elevados custos de implementação e eventuais litígios. Outra alternativa poderia consistir na adoção de fórmulas simplificadas já utilizadas em impostos sobre o patrimônio em países como Noruega, Suíça ou Dinamarca, e em impostos sucessórios, que podem proporcionar uma aproximação

razoável do valor de mercado e resultam menos conflitivos do que a avaliação por comparáveis.

3.4.2. Capacidade das administrações tributárias

A implementação efetiva do IMER depende da capacidade da administração tributária de avaliar ativos não cotados, auditar estruturas societárias e cruzar informações entre registros comerciais, cadastros e declarações financeiras. No entanto, as administrações tributárias não partem do zero. A partir da fiscalização do Imposto de Renda e dos sistemas de intercâmbio internacional de informações, muitas já dispõem de dados relevantes sobre imóveis, participações societárias e investimentos financeiros. De fato, os países da região identificaram pelo menos 27,8 bilhões de euros em receitas adicionais entre 2009 e 2023, graças ao intercâmbio internacional de informações fiscais (OCDE, 2024). Esses avanços mostram que a infraestrutura para rastrear ativos financeiros — incluindo os mantidos no exterior — se fortaleceu significativamente.

Ao mesmo tempo, a introdução de um imposto mínimo pode atuar como um catalisador institucional para aprimorar a rastreabilidade patrimonial e desenvolver capacidades administrativas. Nesse sentido, a capacidade estatal não é uma condição fixa, mas uma variável que pode ser ampliada a partir da própria reforma.

3.5. Impacto sobre a regressividade na faixa superior

O efeito central do IMER é salvaguardar a progressividade tributária na faixa de renda mais alta. A simulação apresentada nas tabelas 4 e 5 concentra-se no Chile e no Brasil⁷, países para os quais existem estimativas mais robustas nos percentis superiores da distribuição.

Tabla 4

Brasil – IMER vs. aumento do IRP: impacto na alíquota efetiva na faixa mais alta

	Alíquota efetiva
Média (toda a população)	42,5%
0,001% mais ricos	19,7%

⁷ Nossas simulações sobre o impacto do imposto mínimo sobre a riqueza na progressividade fiscal no Brasil e no Chile baseiam-se na hipótese de que os centimilionários (com patrimônio líquido entre US\$ 100 e US\$ 1.000 milhões) obtêm anualmente rendimentos equivalentes a 13,1% de seu patrimônio líquido. E os bilionários, de 6,1%. Esses números correspondem aos retornos observados no Uruguai, único país em que dispomos simultaneamente de dados sobre distribuição de patrimônio e distribuição de renda. Os números estão próximos dos retornos observados em outros países (europeus e dos EUA), para os quais há dados disponíveis.

	Alíquota efetiva
0,001% mais rico com aumento do imposto de renda pessoal em 50%	21%
Top 0,001% com IMER de 2% (> US\$ 100 milhões)	50%

Tabela 5

Chile – IMER vs. aumento do IRP: impacto na alíquota efetiva para os mais ricos

	Alíquota efetiva
Média (toda a população)	24%
0,01% mais ricos	11,7%
0,01% mais rico com aumento do imposto de renda pessoal em 50%	12,6%
Top 0,01% com IMER de 2% (> US\$ 100 milhões)	33,7%

Nota: A alíquota média efetiva estimada para o Chile parece baixa em comparação com o Brasil. Isso se deve, em parte, ao fato de que a estimativa não inclui os impostos sobre a propriedade nem alguns outros impostos menores, pelo que a carga tributária total pode estar subestimada.

Ambos os países apresentam um padrão semelhante. No Brasil, a alíquota média efetiva é próxima de 42% da renda para a população média. Para os 0,001% mais ricos, ela cai para 19,7%. Um imposto mínimo de 2% sobre patrimônios superiores a 100 milhões alteraria esse resultado imediatamente. A alíquota efetiva dos 0,001% mais ricos subiria para cerca de 50%. Ou seja, a queda na progressividade seria revertida. Em contrapartida, aumentar em 50% o imposto de renda pessoal apenas eleva a alíquota efetiva de 20% para cerca de 21%. O instrumento não é eficaz, pois não atinge a base onde se concentra a riqueza.

No Chile, ocorre o mesmo padrão. A alíquota efetiva média é de 24%, mas para os 0,01% mais ricos ela cai para 11,7%. Com alíquota mínima de 2%, essa alíquota passaria a 33,7%. Com um aumento de 50% no imposto de renda pessoal, a alíquota atingiria apenas 12,6%.⁸

3.6. Simulações de arrecadação

As figuras a seguir apresentam os resultados das simulações do imposto mínimo sobre a riqueza, incluindo:

⁸ Essas estimativas assumem a mesma composição entre imposto de renda pessoal e imposto corporativo no topo da distribuição que a utilizada para o Brasil.

- Os limites de patrimônio considerados (\geq US\$ 100 milhões e \geq US\$ 1.000 milhões);
- As premissas sobre alíquotas mínimas (1%, 2% e 3% do patrimônio líquido);
- Os resultados são apresentados tanto em termos absolutos quanto em porcentagem do PIB e como proporção da arrecadação tributária total.

3.6.1. Arrecadação por país

A tabela apresenta as estimativas de arrecadação do imposto mínimo para os sete países analisados. Em escala regional, um IMER de 2% geraria um total aproximado de US\$ 24 bilhões anuais; com uma alíquota de 3%, esse valor sobe para cerca de US\$ 37 bilhões. Em valores absolutos, o México e o Brasil contribuem com a maior parte da arrecadação regional, seguidos pela Colômbia e pelo Chile, em linha com o maior número de indivíduos de alto patrimônio registrados nesses países.

Tabela 6
Arrecadação estimada do imposto mínimo por faixa de renda e alíquota
(em milhões de dólares)

		Alíquota de 1%	Alíquota de 2%	Taxa de 3%
	Faixa de renda	Projeção de receitas (Milhões de USD)	de Projeção de Receitas (Milhões de USD)	de Projeção de Receitas (Milhões de USD)
México	> 100 milhões de dólares	3.965	9.958	14.992
	> 1.000 milhões de dólares	2.616	5.888	8.850
Chile	> 100 milhões de dólares	1.267	2.833	4.399
	> 1.000 milhões de dólares	574	1.204	1.833
Colômbia	> 100 milhões de dólares	1.816	3.874	5.931
	> 1.000 milhões de dólares	419	858	1.297
Uruguai	> 100 milhões de dólares	111	260	409

	> 1.000 milhões de dólares	57	122	187
Argentina	> 100 milhões de dólares	217	457	697
	> 1.000 milhões de dólares	181	375	569
Brasil	> 100 milhões de dólares	2.776	6.096	9.416
	> 1.000 milhões de dólares	2.339	4.987	7.635
Peru	> 100 milhões de dólares	305	665	1.025
	> 1.000 milhões de dólares	57	117	177
Região LAC	> 100 milhões de dólares	10.457	24.143	36.869
(7 países)	> 1.000 milhões de dólares	6.243	13.550	20.547

Nota: Após a dedução do IR já pago, o imposto mínimo é calculado sobre todo o patrimônio das pessoas físicas cujo patrimônio total exceda o limite.

3.6.2. Arrecadação como porcentagem do PIB e da renda nacional

Apesar de se aplicar a um número muito reduzido de contribuintes, o potencial de arrecadação é significativo. No cenário central — um imposto mínimo de 2% sobre patrimônios superiores a US\$ 100 milhões — o instrumento arrecadaria, em média, cerca de 3% da receita tributária total, o que equivale a 0,6% do PIB nos países analisados. Se a alíquota fosse elevada para 3%, a arrecadação média aumentaria para cerca de 4,8% da receita tributária, o que equivale a cerca de 0,9% do PIB.

Tabela 7

Impacto relativo do imposto mínimo: proporção sobre a receita tributária total e o PIB⁹

		Alíquota de 1%		Alíquota de 2%		Alíquota de 3%	
País	Faixa de renda	% da renda		% da Receita da		% da receita da	
		de Totais Fiscais	% do PIB	% do PIB	Receita Fiscais Totais	% do PIB	receita Fiscais totais
México	> 100 milhões de dólares	2,76%	0,38%	5,58%	0,76%	8,40%	1,15%
	> 1.000 milhões de dólares	1,64%	0,22%	3,30%	0,45%	4,96%	0,68%
Chile	> 100 milhões de dólares	2,27%	0,46%	5,07%	1,03%	7,87%	1,59%
	> 1.000 milhões de dólares	1,03%	0,21%	2,15%	0,44%	3,28%	0,66%
Colômbia	> 100 milhões de dólares	3,01%	0,54%	6,41%	1,16%	9,81%	1,78%
	> 1.000 milhões de dólares	0,69%	0,13%	1,42%	0,26%	2,15%	0,39%
Uruguai	> 100 milhões de dólares	1,02%	0,18%	2,39%	0,41%	3,76%	0,65%
	> 1.000 milhões de dólares	0,52%	0,09%	1,12%	0,19%	1,71%	0,30%

⁹ As estimativas de riqueza correspondem a anos diferentes, dependendo do país, em função da disponibilidade de dados. Os índices de arrecadação fiscal e PIB foram calculados para o ano correspondente a cada estimativa de riqueza; portanto, as comparações entre países devem ser interpretadas com cautela.

Argentina	> 100 milhões de dólares	0,21%	0,04%	0,44%	0,09%	0,66%	0,14%
	> 1.000 milhões de dólares	0,17%	0,04%	0,36%	0,08%	0,54%	0,12%
Brasil	> 100 milhões de dólares	0,58%	0,14%	1,27%	0,31%	1,96%	0,48%
	> 1.000 milhões de dólares	0,49%	0,12%	1,04%	0,26%	1,59%	0,39%
Peru	> 100 milhões de dólares	0,73%	0,12%	1,60%	0,27%	2,47%	0,42%
	> 1.000 milhões de dólares	0,14%	0,02%	0,28%	0,05%	0,42%	0,07%

Conclusões

A América Latina é uma das regiões mais desiguais do mundo, tributando fortemente os mais pobres e, proporcionalmente, menos aqueles que detêm maior concentração de riqueza. Quando os sistemas tributários permitem que os grandes patrimônios paguem alíquotas efetivas menores do que as do restante da população, não só se perde arrecadação, mas também se corrói o contrato social sobre o qual repousa a legitimidade democrática. Em um momento em que mais de 75% da população considera que a distribuição de riqueza é injusta (Latinobarómetro 2024) e em que a concentração de poder econômico e político no topo não para de crescer (Oxfam 2026), a margem para a inação tornou-se muito cara.

O imposto mínimo efetivo sobre a riqueza é uma resposta precisa a essa anomalia. As simulações do relatório mostram que o instrumento funciona: gera arrecadação significativa e corrige a regressividade no topo. Em países como o Brasil e o Chile — onde há estimativas mais robustas para os percentis superiores — o instrumento eleva substancialmente as alíquotas efetivas dos grupos de maior patrimônio.

Nada disso implica apresentar a proposta como uma solução milagrosa. Sua força reside no fato de atuar com precisão onde a concentração é mais extrema e onde nenhum outro instrumento alcança com igual eficácia. Ele não substitui uma agenda mais ampla de progressividade que inclua dividendos, ganhos de capital, heranças, regimes preferenciais e a revisão da dependência excessiva dos impostos sobre o consumo. Mas corrige uma falha específica: a possibilidade de que, no topo da distribuição, a riqueza fique sistematicamente subtributada.

A análise também mostra que a eficácia de qualquer reforma depende não apenas da concepção do instrumento, mas também da capacidade do Estado de monitorar a riqueza. O fato de hoje podermos medir com maior precisão o que ocorre entre os 1% mais ricos em países como o Brasil ou o Chile explica-se, em grande parte, pelo acesso a registros administrativos e a melhores sistemas de informação. Fortalecer essa infraestrutura em nível nacional é uma condição essencial para avançar na tributação efetiva da riqueza.

Fortalecer a capacidade dos Estados de monitorar a riqueza requer a integração de diferentes fontes de informação. Na prática, isso implica conectar os registros fiscais aos registros comerciais, aos cadastros imobiliários e aos bancos de dados sobre os beneficiários finais, de modo que as autoridades possam identificar com maior precisão quem possui quais ativos e por meio de quais estruturas societárias. Uma maior rastreabilidade dos ativos empresariais permite identificar onde se concentram os patrimônios de maior porte e onde as bases tributáveis estão sendo erodidas.

Nesse processo, as parcerias entre administrações tributárias e centros de pesquisa podem desempenhar um papel importante. O acesso seguro a microdados fiscais e empresariais permite desenvolver metodologias mais precisas para estimar a riqueza no topo da distribuição, aprimorar o diagnóstico da desigualdade e fortalecer as capacidades dos Estados para tributar a riqueza.

A cooperação regional também é importante. Quando a riqueza é móvel e as estruturas societárias atravessam jurisdições, a coordenação entre países pode

fortalecer a eficácia das reformas progressivas. Nesse cenário, a PTLAC pode desempenhar um papel relevante como espaço de articulação: reunindo administrações tributárias, facilitando o intercâmbio de experiências e boas práticas e contribuindo para a construção de marcos comuns de análise e de cooperação técnica. A região precisa de mais capacidade compartilhada para identificar onde a progressividade falha, como a evasão fiscal é organizada no topo e quais respostas institucionais podem ser elaboradas com base nas melhores evidências disponíveis.

Ao mesmo tempo, os países podem começar a agir já no âmbito nacional, adotando medidas para tributar de forma mais eficaz a riqueza extrema, fortalecer seus registros patrimoniais e melhorar suas capacidades de fiscalização. A cooperação regional pode ampliar esses esforços, mas não é uma condição prévia para iniciá-los.

Em última instância, a questão é política. Os sistemas tributários refletem as relações de poder de cada sociedade. Se os Estados aspiram a uma maior capacidade de ação, a sistemas fiscais mais progressivos e a democracias mais legítimas, garantir que as grandes fortunas contribuam de forma proporcional é parte fundamental desse projeto.

Bibliografia

Assembleia Geral das Nações Unidas (2023), "Promoção nas Nações Unidas da cooperação internacional inclusiva e eficaz em questões tributárias", A/RES/78/230, Nações Unidas, Nova York.

Barreix, A.D., Bès, M., González, U., Roca, J. e Velayos, F. (2023), "O estado atual do imposto sobre o patrimônio na América Latina", Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC.

Beer, S., de Mooij, R. e Liu, L. (2020), "Evasão fiscal internacional das empresas: uma análise dos canais, magnitudes e pontos cegos", *Journal of Economic Surveys*, vol. 34, n.º 3, pp. 660–688.

Benítez, J.C. e Velayos, F. (2018), "Impostos sobre a riqueza ou o patrimônio de pessoas físicas, com menção especial à América Latina e ao Caribe", Documento de Trabalho DT-01-2018, Centro Interamericano de Administrações Tributárias, Panamá.

Brühlhart, M., Gruber, J., Krapf, M. e Schmidheiny, K. (2022), "Respostas comportamentais aos impostos sobre a riqueza: evidências da Suíça", *American Economic Journal: Economic Policy*, vol. 14, n.º 2, pp. 1–35.

CEPAL (2025a), "Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean 2024", Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago. <https://www.cepal.org/en/publications/81105-preliminary-overview-economies-latin-america-and-caribbean-2024>

CEPAL (2025b), "Panorama Fiscal da América Latina e do Caribe 2025: Impulsionando o Investimento para o Crescimento e o Desenvolvimento Sustentável", Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago.

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/81583-panorama-fiscal-america-latina-caribe-2025-impulsar-la-inversion-crecimiento>

Corporação Latinobarómetro (2024), "Relatório 2024: A democracia resiliente", Corporação Latinobarómetro, Santiago do Chile.

<https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2024>

De Rosa, F., Flores, I. e Morgan, M. (2024), "Mais desigual ou não tão rica? Revisitando a exceção latino-americana", *World Development*, Vol. 184, 106737.

De Rosa, M. e Vilá, J. (2023), "Beyond tax-survey combination: inequality and the blurry household-firm border", *The Journal of Economic Inequality*, vol. 21, n.º 3, pp. 537–572.

De Rosa, M. e Vilá, J. (2026), "Tributação dos ricos na América Latina: efeitos de um imposto sobre a fortuna na receita e na distribuição", *Economic Analysis and Policy*, vol. 90, pp. 1440–1466.

Observatório Fiscal da UE (2024), "Relatório Global sobre Evasão Fiscal 2024", Observatório Fiscal da UE, Paris.

<https://taxobservatory.world/publication/global-tax-evasion-report-2024/>

Fisher-Post, M. e Gethin, A. (2023), "Redistribuição governamental e desenvolvimento: Estimativas globais da progressividade tributária e de transferências, 1980–2019", Documento de Trabalho do World Inequality Lab n.º 2023/17, Paris School of Economics / World Inequality Lab, Paris.

Fundo Monetário Internacional (2025), "World Economic Outlook: Global Economy in Flux, Prospects Remain Dim", FMI, Washington, DC.

<https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2025/october/english/text.pdf>

Friedman, S., Gronwald, V., Summers, A. e Taylor, E. (2024), "Tax flight? Britain's wealthiest and their attachment to place", Documento de Trabalho n.º 131, International Inequalities Institute, London School of Economics and Political Science, Londres.

Gruber, J. e Saez, E. (2002), "The elasticity of taxable income: Evidence and implications", *Journal of Public Economics*, vol. 84, n.º 1, pp. 1–32.

Jakobsen, K., Kleven, H., Kolsrud, J. e Landais, C. (2024), "Tributação sobre a riqueza e migração: evidências a partir de dados populacionais", *American Economic Review*, vol. 114, n.º 1, pp. 1–38.

Johannesen, N. e Zucman, G. (2014), "O fim do sigilo bancário? Uma avaliação da repressão aos paraísos fiscais pelo G20", *American Economic Journal: Economic Policy*, vol. 6, n.º 1, pp. 65–91.

Jorratt, M. (2021), "Impostos sobre o patrimônio líquido na América Latina", Série Macroeconomia do Desenvolvimento, n.º 218, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago.

Londoño-Vélez, J. e Ávila-Mahecha, J. (2024), "Respostas comportamentais à tributação sobre a riqueza: evidências da Colômbia", Documento de Trabalho do NBER n.º 32134, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

OCDE (2018), "O papel e a estrutura dos impostos sobre o patrimônio líquido na OCDE", Estudos de Política Tributária da OCDE, n.º 26, Publicações da OCDE, Paris.

https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2018/04/the-role-and-design-of-net-wealth-taxes-in-the-oecd_g1q89919/9789264290303-en.pdf

OCDE, CIAT, BID e Banco Mundial (2024), "Panorama da transparência fiscal na América Latina 2019–2023", OECD Publishing, Paris.

<https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/networks/global-forum-tax-transparency/transparencia-fiscal-en-america-latina-2024.pdf>

OCDE (2025), "Estatísticas de Receitas na América Latina e no Caribe 2025", OECD Publishing, Paris.

https://www.oecd.org/en/publications/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2025_7594fbdd-en.html

Oxfam International (2026), "Resisting the Rule of the Rich: Defending Freedom Against Billionaire Power", Oxfam International, Oxford.

<https://www.oxfam.org/en/resisting-rule-rich>

Palomo, T., Bhering, D., Scot, T., Bachas, P., Barcarolo, L., Campos, C., Feinmann, J., Moreira, L. e Zucman, G. (2025), "Progressividade tributária e desigualdade no Brasil: evidências a partir de dados administrativos integrados", Observatório Fiscal da UE, Paris.

<https://gabriel-zucman.eu/files/PalomoEtal2025.pdf>

Saez, E., Slemrod, J. e Giertz, S. (2012), "A elasticidade da renda tributável em relação às alíquotas marginais de imposto: uma revisão crítica", *Journal of Economic Literature*, vol. 50, n.º 1, pp. 3–50.

Seim, D. (2017), "Respostas comportamentais à tributação sobre o patrimônio: evidências da Suécia", *American Economic Journal: Economic Policy*, vol. 9, n.º 4, pp. 395–421.

Varaschin, G., Parrinello, Q. e Zucman, G. (2025), "Impostos sobre a riqueza e indivíduos de alto patrimônio líquido na Europa: Cinco lições para o século XXI", Observatório Fiscal da UE, Paris.

<https://www.taxobservatory.eu/www-site/uploads/2025/12/Wealth-taxes-and-high-net-worth-individuals-in-Europe.pdf>

Vergara, D., Bohme, N., Flores, I., Gutiérrez, P., Smith, R. e Valenzuela, P. (2022), "Diagnóstico distributivo de renda e patrimônio, e análise da proposta de reforma tributária em matéria de renda e riqueza", Ministério da Fazenda do Chile, Santiago.

World Inequality Lab (2024), "World Inequality Database (WID.world)", World Inequality Lab, Paris. <https://wid.world>

Zucman, G. (2024), "Um plano para um padrão coordenado de tributação mínima efetiva para indivíduos com patrimônio líquido ultraelevado", Relatório para a Presidência do G20, Observatório Fiscal da UE, Paris.

<https://taxobservatory.world/publication/a-blueprint-for-a-coordinated-minimum-effective-taxation-standard-for-ultra-high-net-worth-individuals/>

Zucman, G., Saez, E. e Landais, C. (2020), "A mobilidade dos super-ricos: evidências a partir de dados globais", Documento de Trabalho do World Inequality Lab n.º 2020/25, World Inequality Lab, Paris.